

## **PROGRESSOS NA ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE EM 2005**

### **ABOLIÇÃO**

O mundo continuou a convergir para a abolição da pena de morte como pena capital durante 2005 – 86 países aboliram a pena de morte para todos os crimes; 11 países aboliram-na excepto em crimes excepcionais, como crimes em tempo de guerra; pelo menos 25 países foram abolicionistas na prática, ou seja, não levaram a cabo qualquer execução nos últimos 10 anos ou mais; e 74 países e territórios retiveram a pena de morte mas nem todos sentenciaram condenações à morte e, na sua maior parte, não levaram a cabo execuções durante o ano.

**Libéria** – Gyude Bryant, Presidente do Governo de Transição Nacional, ratificou um protocolo adicional com o PIDCP (Convénio Internacional para Direitos Cívicos e Políticos), que acorda a abolição total da pena de morte.

**México** – Os resquícios legais que permitiam a pena de morte foram abolidos e esta foi substituída por penas de prisão de 30 a 60 anos para crimes graves.

### **MORATÓRIAS E SUSPENSÃO DE EXECUÇÕES**

**Quirguistão** – A moratória que inclui a abolição permanente e total da pena de morte, instituída em 1998, foi estendida por mais um ano.

### **COMUTAÇÕES**

**EUA-Indiana** – A 29 de Agosto, apenas dois dias antes da execução da pena de morte de Arthur Baird, o Governador do Indiana comutou a decisão com base em doença mental do condenado.

**EUA – Virgínia** – Apenas um dia antes de se tornar a milionésima pessoa a ser executada nos EUA, Robin Lovitt viu a sua sentença ser comutada pelo Governador Mark Warner porque as provas de ADN que o ilibavam tinham sido destruídas.

### **INOCÊNCIA**

**China** – Vários erros judiciais em casos de pena de morte foram publicados na imprensa chinesa em 2005, criando uma certa inquietação pública e aumentando a possibilidade de uma reforma, que incluía a reintrodução da revisão de todas as sentenças de morte pelo Supremo Tribunal.

- Nie Shubin foi executado em 1995 pela violação e assassinio de uma mulher. Em 2005 um outro detido confessou a autoria do crime e apresentou provas do mesmo. As autoridades judiciais admitiram mais tarde o seu erro.
- She Xianglin e Teng Xingshan foram ambos condenados por dois casos separados em 1994 e 1987, respectivamente. Ambos confessaram a autoria dos crimes depois de terem sido torturados nos interrogatórios. Em ambos os casos, as alegadas vítimas de homicídio apareceram em 2005. Xiangling

cumpriu 11 anos de cadeia até ser absolvido de todas as acusações. Todavia, Xingshan foi executado em 1989.

**EUA** – Em 2005 outros dois nomes foram adicionados à lista de prisioneiros norte-americanos condenados à morte e depois absolvidos quando provada a sua inocência, aumentando para 122 o número de casos desde 1973.

- Derrick Jamison viu as acusações que recaíam sobre ele serem levantadas depois de ter estado 20 anos no corredor da morte.
- Harold Wilson viu a sua sentença de morte ser anulada depois de ficar provado que o seu advogado de defesa era incompetente e que o promotor público tinha usado critérios discriminatórios para a escolha do júri. Rejulgado, provas de ADN confirmaram a sua inocência.

## **PERDÕES PÓSTUMOS**

**EUA** – Lena Baker, executada em 1945 pelo assassinato do seu empregado, foi formalmente perdoada em Agosto de 2005 pelo estado da Geórgia que alegou que Lena tinha agido em legítima defesa e que poderia ter sido sentenciada apenas a 15 anos de prisão em vez da pena capital.

## **CLEMÊNCIA**

**Índia** – O Presidente indiano, Abdul Kalam, usou a sua prerrogativa ao abrigo da Constituição para requerer ao Governo o perdão para cerca de 50 prisioneiros. Em Outubro, Kalam afirmou publicamente que a pena de morte deveria ser discutida no parlamento para se efectuar uma reforma. O recentemente nomeado Chefe da Justiça, Saberwal, também expressou o seu apoio à abolição da pena de morte e, como Chefe da Justiça, iria apenas aplicá-la “nos casos mais raros entre os raros”.

**EUA – Indiana** – O governador cessante do estado do Indiana cedeu uma clemência a Michael Daniels e comutou a sua pena de morte, substituindo-a por prisão perpétua, uma vez que Daniels tem um QI de 77, atraso mental e a sua culpa nunca foi realmente provada em tribunal.

## **DERROTA DAS TENTATIVAS DE REINTRODUÇÃO**

**EUA – Nova Iorque** – Os legisladores estatais votaram contra a reintrodução da pena de morte em Nova Iorque. A lei de pena de morte, datada de 1995, foi declarada inválida pela mais alta instância legal dos EUA e nenhuma execução foi levada a cabo ao abrigo de tal lei.

**Porto Rico** – Um júri federal recusou a ideia do promotor público de aplicar a pena de morte a dois indivíduos acusados de assassinio durante um assalto. Porto Rico não executa ninguém desde 1927 e a sua Constituição proíbe a pena de morte.

## **EXPANSÃO DA ESFERA DE ACÇÃO**

**Iraque-** Em Outubro de 2005, o Parlamento iraquiano aprovou uma lei que estipula a pena de morte para todas as pessoas condenadas por “cometer actos de terror” ou “financiar, planear ou provocar” terrorismo. A lei define terrorismo como qualquer acto contra a população, instituições ou propriedades que “tenta prejudicar a segurança, estabilidade e a unidade nacional e introduzir o terror, medo e horror no seio da população e causar o caos”. Também é referido que “actividade ameaçadora para instigar diferenças sectárias ou guerra civil, incluindo cidadãos armados ou encorajamento e financiamento do seu armamento”.

## **SENTENÇAS DE MORTE E EXECUÇÕES**

Pelo menos 2148 pessoas foram executadas em 22 países em 2005 e, pelo menos 5186 foram sentenciadas à morte em 53 países, de acordo com a Amnistia Internacional. Os verdadeiros números são certamente mais altos.

Como nos anos transactos, a grande maioria das execuções em todo o mundo são levadas a cabo por um punhado de países. Em 2005, 94 por cento de todas as execuções conhecidas foram levadas a cabo na China, Irão, Arábia Saudita e EUA.

Baseada em relatórios públicos disponíveis, a Amnistia Internacional estima que pelo menos 1770 pessoas foram executadas na China em 2005, mas acredita-se que os números sejam muito mais elevados – há afirmações no sentido de chegar às 8000 execuções, mas as estatísticas nacionais oficiais sobre a aplicação da pena de morte continuam classificadas como segredo de estado.

O Irão executou pelo menos 94 pessoas, a Arábia Saudita pelo menos 86. Houve 60 execuções nos EUA.

## **REINTRODUÇÃO DAS EXECUÇÕES**

**Iraque** – No seguimento da reintrodução da pena de morte em 2004, os tribunais criminais sentenciaram mais de 50 pessoas durante o ano de 2005. Aconteceram três execuções por enforcamento que, de acordo com o porta-voz do governo iraquiano, membros do grupo armado Ansar al-Sunna e eram acusados de rapto, assassínio de policias e violação de mulheres.

**Autoridade Palestiniana** – Mahmoud Abbas autorizou a execução de quatro prisioneiros na tentativa de combater o aumento da criminalidade nos Territórios Ocupados sob a jurisdição da Autoridade Palestiniana. Todavia, como os julgamentos foram levados a cabo pelo Tribunal de Segurança Estatal, entretanto abolido, Abbas ordenou um novo julgamento.

**EUA – Connecticut** – Em Maio de 2005, o estado do Connecticut levou a cabo a sua primeira execução desde 1960. Michael Ross foi sentenciado à morte pelo assassinato de quatro adolescentes e acabou por desistir de apelar da sentença.

## **MOVIMENTOS DE ENCORAJAMENTO ÀS REFORMAS JUDICIAIS**

**China** – Em Setembro, o Director do Supremo Tribunal do Povo (STP), Wan E'xiang, anunciou que o STP iria estabelecer três novos tribunais, o que retiraria ao STP a prerrogativa de revisão de todas as penas de morte. Em aparente conhecimento de interferências políticas nos processos de julgamento, E'xiang afirma que “esta reforma irá garantir que o processo de pena de morte é completamente neutro”. Louise Harbor, Alta Comissária das Nações Unidas, em visita ao país, lamenta que, embora a China tenha ratificado imensos tratados de direitos humanos, a pena de morte continua a ser aplicada extensivamente, constituindo pena para cerca de 68 crimes, como fraude fiscal, alienação de propriedade estatal e suborno. A falta de fiabilidade das estatísticas é também um problema, uma vez que “transparência é fundamental para um debate público sobre o tema”.

**Zâmbia** – A Comissão de Revisão Constitucional (CRC) recomendou a retirada da pena de morte da próxima constituição, atendendo às petições feitas pela população, que pediu também que os direitos fundamentais sejam considerados superiores aos outros dispostos na Constituição.

## **USO CONTRA DELINQUENTES JUVENIS**

O uso da pena de morte contra delinquentes juvenis – pessoas com menos de 18 anos na altura do crime – é proibida por tratados internacionais, incluindo a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) e o PIDCP.

**Irão** – Em 2005, pelo menos oito execuções de delinquentes juvenis foram registadas. Estas incluem:

- Iman Faroki que foi executado por um crime que alegadamente cometeu quando tinha 17 anos;
- Ayaz M, de 17 anos, e Mahmoud A, que foram enforcados em público depois de acusados de violação de um rapaz de 13 anos;
- Ali Rajabi que foi enforcado por assassinar um policia quando tinha apenas 16 anos;
- Rostam Tajik que foi executado num parque de uma cidade do centro do Irão depois de ter sido sentenciado a *qisas* (uma retribuição especificada pela família da vítima) pelo Tribunal Geral de Esfahan, por um homicídio cometido quando ele tinha 16 anos.

Nos últimos quatro anos, as autoridades iranianas têm considerado a hipótese de proibir o uso da pena de morte por crimes cometidos por pessoas com menos de 18 anos. Segundo o Código Civil Iraniano, as idades de 15 anos lunares para os rapazes e 9 anos lunares para as raparigas são consideradas as idades de responsabilidade criminal.

Em Janeiro de 2005, o Comité das Nações Unidas para os Direitos da Criança incitou o Irão a “tomar as medidas necessárias para suspender imediatamente a execução de todas as penas de morte impostas a pessoas que tenham cometido crimes antes dos 18 anos, e tomar as medidas apropriadas para converter as suas penas em conformidade com os dispostos da Convenção e abolir a pena de morte como uma sentença imposta a pessoas que cometeram crimes antes de terem completado 18 anos, como disposto no artigo 37 da Convenção”.

**Paquistão** – A decisão do Alto Tribunal de Lahore em abolir o Sistema Legal de Justiça Juvenil significa que os jovens delinquentes podem outra vez ser sentenciados à morte no Paquistão. A decisão foi considerada “pouco razoável, inconstitucional e impraticável” mais tarde pelo mesmo tribunal mas as crianças continuam a ser julgadas com os mesmos procedimentos dos adultos.

**Sudão** – a nova Constituição Interina do Sudão falhou a tentativa de abolição da pena de morte, particularmente no que se aplica aos menores de 18 anos. O artigo 36 afirma que “a pena de morte não será imposta a uma pessoa com idade inferior a 18 anos, excepto em casos de retribuição ou *hudud*.” Esta última excepção faz com que a primeira salvaguarda fique inócua; por exemplo, os crimes de *hudud* incluem homicídio e roubo a partir de um certo montante. Embora não existam registos oficiais dos detidos no corredor da morte no Sudão, a Amnistia Internacional recebe anualmente casos de pessoas condenadas à morte no Sudão por crimes cometidos quando ainda não tinham atingido a maioridade.

**EUA** – O Supremo Tribunal dos EUA decidiu que o uso da pena de morte para menores de 18 anos, ou com idade inferior a 18 anos na altura do crime, vai contra a Constituição norte-americana no que concerne a “castigos cruéis e pouco usuais”.

A decisão significa que as vidas de mais de 70 delinquentes juvenis que se encontram no corredor da morte será poupada e que mais nenhuma será sentenciada à morte. Em 1989 o Supremo Tribunal tinha decidido que a aplicação da pena de morte a pessoas de 17 e 18 anos era inconstitucional, com base em não existir um consenso nacional sobre esta medida. Com a nova decisão, o Tribunal tomou consciência de que cinco estados tinham usado a pena de morte para menores de 18 e que nenhum tinha reconsiderado a decisão.

Ainda assim, acredita-se que existam pelo menos três prisioneiros em Guantánamo nestas condições, considerados “combatentes inimigos”. A administração mantém que as protecções constitucionais não se aplicam na Base de Guantánamo e tenciona julgar alguns deles perante comissões militares, que têm o poder de impor a pena de morte, que poderá ser aplicada à margem desta nova Lei do Supremo.

## **USO CONTRA OS DOENTES MENTAIS**

**EUA – Califórnia** – Donal Beardslee foi executado em Janeiro apesar de sofrer de graves danos cerebrais. Não foi apresentada ao júri qualquer prova da sua condição, permitindo ao advogado de acusação argumentar que o arguido “não sofria de qualquer problema mental”.

**EUA – Oklahoma** – Em Maio um juiz impediu a execução de Gary Allen face à sua falta de competência mental para entender a execução. Uma recente avaliação mental sugere que Garry Allen pode ser legalmente inimputável, logo não compreende a razão para a sua execução. A questão da sua inimputabilidade será decidida por um júri. A execução de inimputáveis é proibida ao abrigo da Constituição norte-americana.

## **TRIBUNAIS INTERNACIONAIS**

### **Tribunal Internacional de Justiça (TIJ)**

Num memorando o Presidente George W. Bush afirmou que os EUA iriam acatar a decisão do TIJ de os tribunais estatais reverem e reconsiderarem o efeito das violações da Convenção de Viena no caso de 51 mexicanos no corredor da morte. Todavia, em Março, os EUA anunciaram a sua retirada do Protocolo Opcional da Convenção de Viena, o instrumento legal internacional que dá poder ao TIJ para interpretar e aplicar os termos do tratado.

### **Tribunal Inter-Americano de Direitos Humanos**

O Tribunal Inter-Americano de Direitos Humanos levantou problemas com dois julgamentos que sentenciaram à pena de morte na Guatemala. No caso de *Firmin Ramirez vs Guatemala*, o TIADH ordenou à Guatemala que corrigisse erros judiciais graves e aplicasse a reforma do artigo 132 do Código Penal que regula o crime de homicídio, uma vez que este viola o princípio de legalidade e o direito a um julgamento justo, e ordenou que a Guatemala garanta um novo julgamento a Ramirez.

Ronal Reyes foi sentenciado à pena de morte por rapto, de acordo com a legislação que foi modificada para expandir o alcance da pena de morte já depois da Guatemala ter ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos, que proíbe a expansão da aplicação da pena de morte. O tribunal ordenou a suspensão da sentença de Reyes e impôs uma sentença proporcional à natureza e gravidade do crime.

Em Maio foi apresentado um projecto de lei ao Congresso para a abolição da pena de morte, tendo este cerca de 45 dias para analisar a questão e emitir um parecer. Todavia, ainda não foi emitido qualquer parecer, apesar da pressão internacional.

## **EXTRADIÇÃO**

Em Outubro de 2005, o Tribunal de Recurso de Porto Rico emitiu uma decisão, em relação ao caso do porto-riquenho Juan Cruz e a sua possível extradição para o estado da Pennsylvania nos EUA, onde afirma que o governo de Porto Rico está proibido pela própria Constituição de possibilitar a extradição de Juan Cruz para um país que possa impor a pena de morte.

## **ADMISSÕES OFICIAIS**

**China** – Depois de anos de negação oficial da existência de tal prática, o Vice-Ministro da Saúde, Huang Jiefu, admitiu que a venda de órgãos de prisioneiros executados era uma prática generalizada. Desde o fim dos anos 90, quando o método de fuzilamento foi

substituído pela injeção letal, há relatórios de pessoal médico ter estado presente nas execuções em “carrinhas móveis” nas quais retiravam órgãos depois das mortes o mais rapidamente possível. Huang Jiefu afirma que novas leis estão a ser estudadas para acabar com o tráfico lucrativo de órgãos para transplantes.

## **ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS**

### **Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas**

Uma resolução apelando a uma moratória em todo o mundo sobre execuções foi co-subscrita por 81 países, mais cinco que em 2004, sendo o maior número de sempre.

A Resolução 2005/59 “A questão da pena de morte” foi adoptada pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra. Como nos anos anteriores, a resolução urge todos os Estados que ainda mantêm a pena de morte “para abolirem completamente a pena de morte e, entretanto, para estabelecerem uma moratória nas execuções”. É premente que os Estados que ainda mantêm a pena de morte analisem o já acordado na ONU em matéria de salvaguardas e restrições à pena de morte e que “não imponham a pena de morte numa pessoa que sofra de qualquer restrição mental ou intelectual ou não executem qualquer pessoa nessas circunstâncias”.

A resolução também contém novos elementos. Confirma o direito universal à vida e afirma – pela primeira vez – que a abolição da pena de morte é essencial para a protecção deste direito. Esta declaração representa a maior aproximação que a ONU fez até hoje da condenação da pena de morte como violação dos direitos humanos.

A resolução também condena a aplicação da pena de morte com base em qualquer legislação discriminatória, políticas ou práticas e o uso desproporcionado da pena de morte contra pessoas pertencentes a minorias étnicas, religiosas, nacionais ou linguísticas e apela aos Estados que não imponham sentenças de morte. Também se refere a Estados que tenham recentemente levantado ou anunciado o levantamento de moratórias de execuções, para que mais uma vez se comprometam a suspendê-las.

A resolução 2005/59, apoiada pela UE, foi co-subscrita por todos os países membros e atraiu muitos co-patrocinadores de outras partes do mundo. A Nigéria, que tinha votado contra a resolução nos anos transactos, absteve-se e o seu representante justificou-se afirmando que a pena de morte estava em revisão; mas a República do Congo e o Gabão, que tinham votado a favor em 2004, abstiveram-se e a Guiné, que antes se abstinha, votou contra.

Como nos anos anteriores, um grupo de países submeteu uma declaração onde se dissociavam da resolução – esta foi assinada por 66 países, mais dois do que no ano transacto e o maior número até hoje. O Chade e a Guiné assinaram a declaração pela primeira vez.

## **Relatório Quinquenal das Nações Unidas sobre Pena Capital**

De cinco em cinco anos o Secretário Geral das Nações Unidas produz um relatório sobre a pena capital. Estes relatórios são a única fonte de informação porque são baseados em informação fornecida pelos governos, assim como organizações não-governamentais e outros peritos.

O último relatório quinquenal do Secretário-Geral, o sétimo da série, foi publicado em Março de 2005. Cinquenta e dois governos responderam ao pedido de informação do Secretário Geral, embora oito Estados tenham retido informações.

O relatório denota que o número de países abolicionistas continua a aumentar no período que cobre a pesquisa (1999-2003). Enquanto o passo da mudança para a abolição total estava a abrandar, tem-se verificado a redução muito substancial do número de países que regularmente executam os seus cidadãos.

O relatório inclui cálculos da taxa de execuções per capita em países que relataram ter efectuado mais de 20 execuções entre 1999 e 2003. Como no período transacto, Singapura foi tido como o país com a maior taxa de execuções per capita (6.9 execuções por milhão de habitante), seguida pela Arábia Saudita (3.66) e Jordânia (2.08).

## **TRATADOS INTERNACIONAIS**

A comunidade internacional adoptou quatro tratados internacionais incitando à abolição da pena de morte. Um é de alcance mundial e os outros três são de âmbito regional.

- O Segundo Protocolo Opcional ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, que ambiciona o fim da pena de morte, e o Protocolo para a Convenção Americana de Direitos Humanos para Abolir a Pena de Morte, que ambiciona a abolição total da pena de morte, mas permite aos Estados retê-lo em tempo de guerra se fizerem uma reserva para o efeito na altura da ratificação destes protocolos.

- Protocolo N°6 para a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais em matéria da abolição da pena de morte em tempo de paz.

- O Segundo Protocolo ao PIDCP foi ratificado pela Libéria e o México em 2005, levando a um número total de 56 ratificações.

- Não há novas assinaturas ou ratificações no Protocolo para a Convenção Americana de Direitos Humanos para a Abolição da Pena de Morte durante 2005.

- O Protocolo N°6 para a Convenção Europeia de Direitos Humanos foi ratificada pelo Mónaco em Março, contando agora com um número total de 45 ratificações.

A Grécia, o Mónaco, a Noruega e a Eslováquia ratificaram o Protocolo N°13 para a Convenção Europeia dos Direitos Humanos em 2005, contanto este com 33 ratificações.

## **EVENTOS**

O terceiro Dia Mundial contra a Pena de Morte teve lugar no dia 10 de Outubro. O tema deste ano era “abolição em África”, com eventos em mais de 40 países, incluindo o Benim, Congo, Mali, Serra Leoa, Hong Kong, França, Alemanha, Índia, Japão e Porto Rico. Eventos incluíam petições, manifestações, concertos e debates na rádio e na televisão. Este dia é organizado pela Coligação Mundial contra a Pena de Morte, um conjunto de cerca de 40 organizações de direitos humanos, incluindo a Amnistia Internacional.

### **Cidades pela Vida**

Cidades pela Vida, Cidades contra a pena de Morte, organizados pela organização italiana Comunidade de Santo Egídio, foi celebrada no dia 30 de Novembro de 2005 com a iluminação de edifícios públicos em 391 cidades em todo o mundo.

## **INQUÉRITOS DE OPINIÃO**

Os inquéritos anuais de Gallup para os “Valores Morais e Crenças” americanas, que tem sido levados a cabo desde 1936, foi conduzido de 2 a 5 de Maio. De acordo com os resultados dos inquéritos, o apoio à pena de morte como condenação por homicídio conta com 74% de apoio, enquanto apenas 23% dos americanos são contra. Os números mais altos de apoio à pena de morte ocorreram em 1994 com cerca de 80%, enquanto que os mais altos de condenação da pena de morte datam de 1966 com 42%.

De acordo com o inquérito, um número significativo de americanos, ou seja, 61% acredita que a pena de morte é aplicada justamente nos EUA, apesar do facto de 122 prisioneiros tenham sido postos em liberdade desde 1973 com a sua inocência provada ou com provas de que os julgamentos tinham sido baseados em questões raciais.

**TABELA 1: PAÍSES ABOLICIONISTAS NO FIM DO ANO DE 2005**

<b>Ano</b>	<b>Nº de países abolicionistas por todos os crimes</b>	<b>Nº de países abolicionistas na lei e na prática</b>
1981	27	63
1982	28	63
1983	28	64
1984	28	64
1985	29	64
1986	31	66
1987	35	69
1988	35	80
1989	39	84
1990	46	88
1991	46	83
1992	50	84
1993	53	90
1994	54	96
1995	59	102
1996	60	101
1997	64	103
1998	70	106
1999	73	109
2000	75	109
2001	76	112

<b>Ano</b>	<b>Nº de países abolicionistas por todos os crimes</b>	<b>Nº de países abolicionistas na lei e na prática</b>
2002	78	112
2003	79	118
2004	84	120
2005	86	122

**TABELA 2: EXECUÇÕES REGISTRADAS EM TODO O MUNDO POR ANO, 1980-2005**

<b>Ano</b>	<b>Nº de países que efectuam execuções</b>	<b>Nº de execuções efectuadas</b>	<b>Nº de países com mais de 100 execuções</b>	<b>% de todas as execuções em países com mais de 100 execuções</b>
1980	29	1229	NA	NA
1981	34	3278	NA	NA
1982	42	1609	NA	NA
1983	39	1399	NA	NA
1984	40	1513	4	78%
1985	44	1125	3	66%
1986	39	743	3	56%
1987	39	769	3	59%
1988	35	1903	3	83%
1989	34	2229	3	85%
1990	26	2029	4	84%
1991	32	2086	2	89%
1992	35	1708	2	82%
1993	32	1831	1	77%
1994	37	2331	3	87%
1995	41	3276	3	85%
1996	39	4272	4	92%
1997	40	2607	3	82%
1998	37	2258	2	72%
<b>Ano</b>	<b>Nº de países que efectuam execuções</b>	<b>Nº de execuções efectuadas</b>	<b>Nº de países com mais de 100 execuções</b>	<b>% de todas as execuções em países com mais de 100 execuções</b>
1999	31	1813	4	80%
2000	28	1457	2	77%
2001	31	3048	2	86%

2002	31	1526	2	77%
2003	28	1146	2	73%
2004	25	3797	2	94%
2005	22	2148*	1	82%

\*A Amnistia Internacional acredita que os números estimados para a China ainda representam apenas uma ponta do iceberg. Em Março de 2005, Liu Renwen, um conhecido perito legal, disse que “cerca de 8000 pessoas” são executadas todos os anos na China.